

Memorial do Convento, José Saramago



Palácio Nacional de Mafra, um dos mais imponentes monumentos de Portugal.

Em 1711, decreta El-Rei D. João V que por *justus motivos* se erga na Vila de Mafra um convento a Nossa Senhora e a Santo António, a ser entregue à Ordem dos Frades Arrábidos. D. João V escolhe o local (Alto da Vela), compram-se os terrenos e iniciam-se as obras.

Desde o lançamento da primeira pedra, em 1717, à cerimónia de Sagração da Basílica, em 1730, o projecto, sob a direcção do arquitecto João Frederico Ludovice, sofreria inúmeras alterações, e de um convento para 13 frades passar-se-ia a um palácio-mosteiro para 300.

Em 1730, a Real Obra de Mafra empregava tanta gente que se tornava difícil em qualquer outro lugar do Reino encontrar um carpinteiro ou um balde de cal.

À excepção da pedra lioz de Pero Pinheiro e Sintra, quase tudo foi importado. Itália, Brasil, Holanda, França e Antuérpia enviavam as encomendas de mármores, madeiras, esculturas, paramentos, baixelas, utensílios de culto, sinos e carrilhões, e tudo pago com o ouro do Brasil, rapidamente transformado nas pedras de Mafra.

A 22 de Outubro de 1730, embora as obras ainda estivessem atrasadas, decidiu El-Rei que se celebrasse a cerimónia de Sagração da Basílica, presidida pelo Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, participando toda a Família Real, Corte e representantes de todas as Ordens. Calcula-se que tenham assistido mais de 20 mil pessoas, sem contar com os 45 mil operários, numa festa que durou oito dias e onde se ouviu pela primeira vez o som dos carrilhões.¹

¹ Cf. Site da Câmara Municipal de Mafra, <http://www.cm-mafra.pt>

Lá pelos finais de 80 ou princípios de 81, estando de passagem por Mafra e contemplando uma vez mais estas arquitecturas,achei-me, sem saber porquê, a dizer: «Um dia, gostava de poder meter isto num romance.» Foi assim que o *Memorial* nasceu.

Entre o muito que então li – porque rapidamente me apercebi de que sabia muito menos da época do que começara por crer –, impressionou-me a célebre carta do abade de Tibães, em parte transcrita num livrinho de Camilo, e que mais tarde li na íntegra, na qual o dito abade, convidado a vir assistir à Sagrada da Basílica, se escusou com duríssimas palavras, resumindo as suas razões naquilo que, em seu entender, significavam as cinco letras de Mafra: o M de mortos, o A de assados, o F de fundidos, o R de roubados, o A de arrastados. Assim via aquele abade beneditino os milhares de desgraçados que, mais ou menos de toda a terra portuguesa, a esta obra vieram, forçados pela vontade do Senhor D. João V. Não quero, nem por sombras, insinuar que no desabafo desta indignação tão santa tenham pesado ciúmes da Ordem de S. Bento por causa do estupendo edifício de que iam passar a gozar-se os franciscanos...

José Saramago, *Cadernos de Lanzarote*, Diário III, Ed. Caminho, Lisboa, 1996, pp.164/165



Em *Memorial do Convento*, encontramos uma **linguagem e um estilo peculiar**, um **afastamento às normas tradicionais de pontuação**, sobretudo no que respeita ao discurso directo. O narrador conta a história reproduzindo as falas das personagens, num **discurso próximo da oralidade**, como se estivesse junto de nós, implicando o narratário na sua «conversa» fluida e mordaz. Repare que **não se verifica a mudança de linha no discurso directo, não há o recurso a sinais gráficos como os dois pontos e o travessão, aspas ou itálico**. A construção da pausa efectua-se através do uso da vírgula e da letra maiúscula. As frases de tipo interrogativo também terminam com vírgula, mas são fáceis de distinguir, até porque, por vezes, são precedidas do verbo *perguntar* e seguidas do verbo *responder*.

A **pontuação de *Memorial do Convento*** é uma marca do estilo do autor. Alterá-la seria mutilar o texto, privá-lo de um dos traços que o caracterizam e que o tornam *sui generis*. Habilite-se a efectuar as pausas necessárias para fazer a leitura e deixe-se envolver pelas «histórias» do narrador. Observe, por exemplo, o jogo artístico que o narrador faz em torno da utilização da vírgula para introduzir o discurso directo:

«Tomou então a palavra João Elvas, que **declarou**, Foi grande chacina, e deve ter sido feita em vida da infeliz, porque teria sido rigor demasiado tratar assim um cadáver [...] nunca na guerra viste uma coisa assim, Sete-Sóis, mesmo não sabendo eu o que na guerra viste, e o que começara a contar o caso **pegou nesta vírgula e continuou**, Depois foram aparecendo as partes que faltavam...» (p. 46)¹

Depois de ler *Memorial do Convento*, os meus conhecimentos e a minha experiência como professora de Língua e Literatura convenceram-me de que este romance pode ser um bom livro para recomendar aos meus alunos do Secundário, por ter uma série de ingredientes que, creio, serão do interesse deles: há uma história de amor, a de Baltasar e Blimunda; apresenta-se um facto histórico, a construção do convento de Mafra, e fala-se dum invento, a máquina voadora que, por magia, mistérios e outros avatares com que foi construída, mostrará aos jovens do século XXI que o homem do século XVIII desejava igualar-se aos pássaros. Considero que estes três núcleos temáticos, além de outros com eles relacionados, respondem a alguns dos interesses dos alunos adolescentes: o amor, a História e os avanços tecnológicos.

Glória Hervaz Fernandez, Instituto de Secundaria Palomeras / Valecas, Madrid, trad. Paulo Feytor Pinto

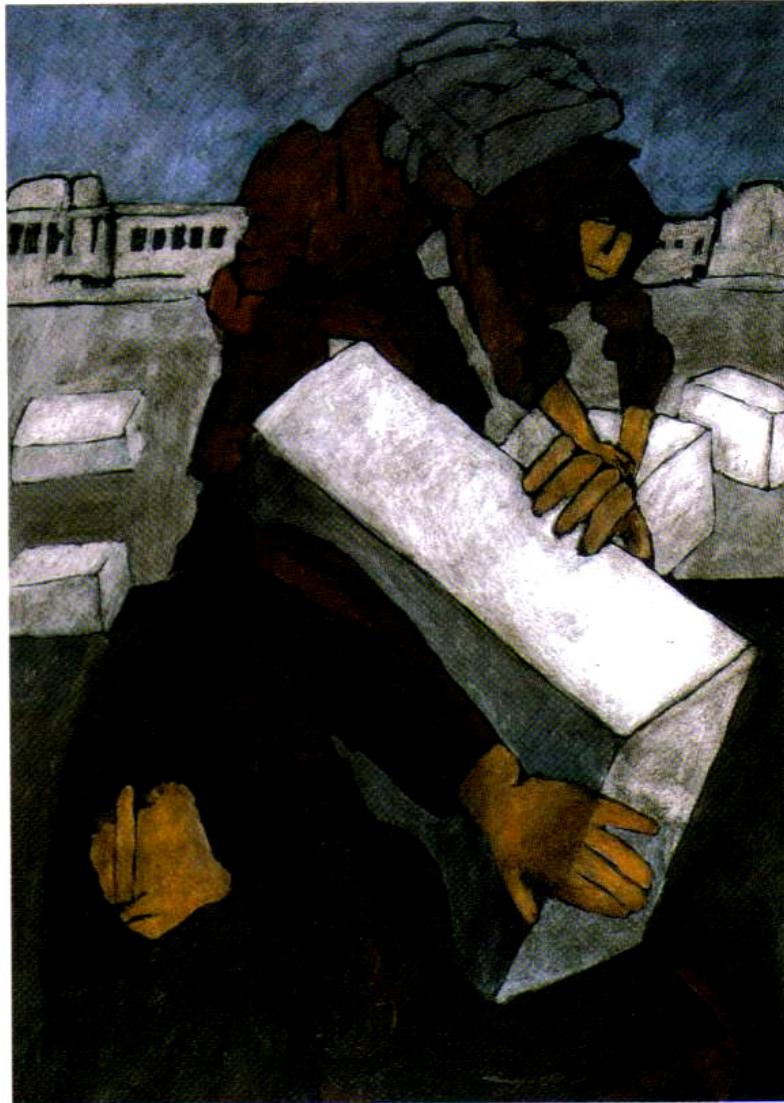
¹ As indicações relativas ao número de página referem-se à 24.ª edição da Editorial Caminho, Lisboa, 1995.

Acção

A acção de *Memorial do Convento* gira em torno da **vontade dos homens**: vontade dos franciscanos de terem um convento, vontade de D. João V de deixar assegurada a sucessão ao trono, vontade do padre Bartolomeu de construir a sua máquina voadora, vontade da Inquisição de assegurar o seu poder através dos autos-de-fé, vontade do povo de melhorar as suas condições de vida.

De facto, o narrador começa por nos apresentar a história de D. João V, a sua promessa ao franciscano arrábido de construir um convento em Mafra, se a rainha engravidasse. Seguidamente, em jeito de crónica de costumes, faz uma impiedosa sátira à nobreza e ao clero, não poupando o povo que, em dias de autos-de-fé, desce ao Rossio para se divertir a observar o massacre das vítimas do Santo Ofício. Paralelamente, encontramos a história de amor de Baltasar Sete-Sóis e de Blimunda Sete-Luas, dois seres que partilham o **amor** e o **sonho** do padre Bartolomeu de Gusmão. E é com a vontade dos três e com todas as outras vontades do domínio do fantástico que a Passarola levanta voo, sendo confundida, pelos que a observam, como algo que pertence ao transcendente.

Também o povo tem a sua vontade, a de melhorar as suas condições de vida, e procura, em Mafra, um posto de trabalho sob falsas esperanças; ou a falta de vontade de participar na epopeia da pedra, mas é obrigado a fazê-lo para que se realize o sonho do monarca: «A sagradação da basílica de Mafra será feita no dia vinte e dois de Outubro de mil setecentos e trinta, tanto faz que o tempo sobre como falte, venha sol ou venha chuva, caia a neve ou sopre o vento, nem que se alague o mundo ou lhe dê o tranglomango» (p. 293). Entre as aventuras e as desventuras de um período da História nacional, entre as aventuras e desventuras de Bartolomeu de Gusmão, Blimunda e Baltasar Sete-Sóis, o narrador convida-nos a reflectir sobre o presente.



José Santa-Bárbara, *Os Fazedores do Capricho*, 2001

Contrastes de uma época

Relação de D. João V e de D. Maria Ana Josefa

- Relação contratual; cumprimento do dever conjugal – «duas vezes por semana cumpre vigorosamente o seu dever real e conjugal» (p. 11).
- Ausência de amor.

Relação de Baltasar Sete-Sóis e de Blimunda Sete-Luas

- Ausência de contrato matrimonial.
- Relação de amor; partilha de sonhos e de desejos – «Para dentro da barraca o levou Blimunda, não era a primeira vez que ali entravam a horas nocturnas, ora por vontade de um, ora por vontade do outro, faziam-no quando a necessidade da carne se anuciava mais expansiva...» (p. 333).

Vida luxuosa da nobreza e do clero

- **A alimentação** – «há quem morra por muito ter comido durante a vida toda» (p. 27); «El-rei, com os infantes seus manos e suas manas infantas, jantará na Inquisição depois de terminado o acto de fé, e estando já aliviado do seu incómodo honrará a mesa do inquisidor-mor, soberbíssima de tigelas de caldo de galinha, de perdigões, de peitos de vitela, de pastelões, de pastéis de carneiro com açúcar e canela, de cozido à castelhana com tudo quanto lhe compete, e açafreado, de manjar-branco, e enfim doces fritos e frutas do tempo.» (p. 51).

- **Os espaços habitacionais** – «Já se deitaram. Esta é a cama que veio da Holanda quando a rainha veio da Áustria [...]. A um desprevenido olhar nem se sabe se é de madeira o magnífico móvel, coberto como está pela armação preciosa, tecida e bordada de flores e relevos de ouro, isto não falando do dossel que poderia servir para cobrir o papa.» (p. 16).

- O poder da Igreja e a posição que esta instituição ocupa na vida das pessoas é fortemente criticada.
- A construção do convento deve-se a uma promessa do rei, baseada num sonho de um padre franciscano.
- A manifestação do poder da Igreja surge nos autos-de-fé para regozijo de todos. O Santo Ofício é alvo de crítica feroz. O povo é retratado na sua ignorância, atraso e mesquinhez.
- A influência da Igreja nos destinos do país é salientada com uma crítica mordaz e sarcástica.
- A obra religiosa é devoradora de bens e de vidas humanas por pura vaidade religiosa.

Vida miserável do povo

- **A alimentação** – «Mas não falta [...] quem morra por ter comido pouco durante toda a vida, ou que dela resistiu a um triste passadio de sardinha e arroz.» (p. 27); «Comeu duas sardinhas fritas sobre um pedaço de pão, usando a ponta e o fio da navalha com a arte de quem abre miniaturas em marfim, quando terminou limpou a lâmina às ervas, a mão ao calção, e dirigiu-se à máquina.» (p. 336).

- **Os espaços habitacionais** – «O padre Bartolomeu Lourenço esperou que Blimunda acabasse de comer da panela as sopas que sobejavam, deitou-lhe a bênção, com ela cobrindo a pessoa, a comida e a colher, o regaço, o lume na lareira, a esteira no chão...» (p. 56).



François Boucher, *O Almoço*, 1739